

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

### **GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

|  |
|--|
| <b>DISCIPLINA:</b><br>POLÍTICAS SOCIAIS PÚBLICAS   |
| <b>RESUMO</b>  |
| Nesta disciplina, vamos investigar a interação entre os direitos sociais e as políticas públicas, relacionando como a constante evolução dos direitos sociais pautou a construção de políticas públicas. Como se sabe, os direitos sociais têm por objetivo e essência a tutela da igualdade e da liberdade, buscando garantir aos cidadãos condições dignas de vivência, disponibilizando materiais e meios para que se efetive a fruição plena das liberdades individuais. Como não poderia ser diferente, o principal desafio à realização dos direitos sociais é justamente a garantia de sua eficácia e efetividade, em especial no que concerne à implementação de seu principal meio de realização: as políticas públicas, responsáveis por fixar de maneira planejada as diretrizes e atitudes da ação do Poder Público perante nossa sociedade. |
| <b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>   |
| <b>AULA 1</b><br>INTRODUÇÃO<br>HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNDO<br>HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO DIREITO INTERNACIONAL<br>DIREITOS SOCIAIS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA<br>CONCEITUAÇÃO  |
| <b>AULA 2</b><br>INTRODUÇÃO<br>PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS DIREITOS SOCIAIS<br>DIREITOS SOCIAIS E O MÍNIMO VITAL: NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO<br>DIREITOS SOCIAIS E POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL<br>DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DESTINADOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS   |
| <b>AULA 3</b><br>INTRODUÇÃO<br>DIREITOS SOCIAIS: O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE<br>DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À SAÚDE<br>DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO TRABALHO<br>DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL  |
| <b>AULA 4</b><br>INTRODUÇÃO<br>DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO LAZER<br>DIREITOS SOCIAIS: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE<br>DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA<br>DIREITOS SOCIAIS – DIREITO À SEGURIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL   |
| <b>AULA 5</b>  |

INTRODUÇÃO  
ESTRUTURAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS  
O DIREITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
OS DIREITOS SOCIAIS COMO MODERNAS FERRAMENTAS PARA REALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS – UM MODELO DE TRADE OFF?

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO  
POVO NEGRO E QUILOMBOLA  
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS  
IMIGRANTES E REFUGIADOS  
CONCLUSÃO

#### **BIBLIOGRAFIAS**

- NUNES JÚNIOR, V. S. Direitos sociais. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coords.) Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/edicao-1/direitos-sociais>. Acesso em: 3 dez. 2018.
- TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.
- QUEIROZ, C. O princípio da não reversibilidade dos direitos fundamentais sociais. Coimbra: Editora Coimbra, 2006.

#### **DISCIPLINA:** GESTÃO DA INOVAÇÃO

#### **RESUMO**

Desde o fim do século XX, o tema “criatividade para a inovação” se consolidou como estratégico para a sobrevivência das empresas tanto em tempos de turbulência quanto para a competitividade global. A criatividade também vem sendo abordada no âmbito da gestão estratégica do conhecimento como de extrema importância para a inovação tecnológica empresarial (criatividade como uma das alavancas do conhecimento para a inovação). “Mais do que um fenômeno global, a gestão do conhecimento se consolidou, em fins do século passado, como fator crítico de sucesso para a criação eficaz de vantagens competitivas nas organizações” (Sbragia et al, 2006, p. 79).

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO  
PROBLEMATIZAÇÃO  
O QUE É CRIATIVIDADE?  
FISIOLOGIA DO PROCESSO DE CRIATIVIDADE  
PERSONALIDADE CRIATIVIDADE  
FACILITADORES E BLOQUEADORES INDIVIDUAIS À CRIATIVIDADE  
A MUDANÇA NO MINDSET: TENSÃO PSÍQUICA  
SÍNTESE

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
PROBLEMATIZAÇÃO  
SURGIMENTO DO PROCESSO CRIATIVO  
COMPONENTES DO PROCESSO CRIATIVO  
MAPEANDO O CENÁRIO E A BUSCA POR INSPIRAÇÕES  
ANÁLISE INOVADORA  
CRIAÇÃO DE PROJETOS INOVADORES  
SÍNTESE

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
OBJETIVOS DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE  
APLICABILIDADE DAS TÉCNICAS DE CRIATIVIDADE  
BRAINSTORMING NA BASE DE TODAS AS TÉCNICAS  
REVERSE BRAINSTORMING  
BRAINWRITING NA GERAÇÃO DE IDEIAS  
SÍNTESE

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
TÉCNICA S.C.A.M.P.E.R.  
TÉCNICA P.N.I. (POSITIVO, NEGATIVO E INTERESSANTE)  
SEIS CHAPÉUS PENSANTES E SEIS SAPATOS ATUANTES  
TÉCNICA DO MINDMAPPING  
TÉCNICA T.R.I.Z. (TEORIA DA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS)  
SÍNTESE

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
CONTEXTUALIZANDO  
CRIATIVIDADE NO SUPORTE À COMPETITIVIDADE EMPRESARIAL  
CRIATIVIDADE PARA INOVAÇÃO  
OBJETIVOS DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA  
DIFUSÃO DA CULTURA DA CRIATIVIDADE NA EMPRESA  
GESTÃO DE PESSOAS EM AMBIENTE CRIATIVO  
SÍNTESE

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
PROBLEMATIZAÇÃO  
ATMOSFERA CRIATIVA: CRIANDO A ORGANIZAÇÃO INOVADORA  
CARACTERÍSTICAS DA ORGANIZAÇÃO INOVADORA  
FACILITADORES E BLOQUEADORES DA CRIATIVIDADE NAS EMPRESAS  
A CRIATIVIDADE NA GESTÃO DO CONHECIMENTO  
DESAFIOS DA CRIATIVIDADE NA ORGANIZAÇÃO: O PAPEL DA LIDERANÇA  
SÍNTESE

| <b>BIBLIOGRAFIAS</b>  |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• DERRISO FILHO, C. O declínio da criatividade. Disponível em: <a href="https://celsofd.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/">https://celsofd.wordpress.com/tag/o-declinio-da-criatividade/</a>. Acesso em: 14 set. 2017.</li><li>• ADER – AGENCIA DE DESAROLLO ECONÓMICO REGIONAL DE LA RIOJA (Coord.). Manual de Criatividade Empresarial. Faro: Universidade do Agrave; CRIA – Centro Regional para a Inovação do Algarve, 2010. Disponível em: <a href="http://www.cria.pt/media/1366/manual-criatividade-portugues_pt_web.pdf">http://www.cria.pt/media/1366/manual-criatividade-portugues_pt_web.pdf</a>.</li><li>• BATISTA, F. F. Caso empresa Matsushita Eletric Industrial Company. 2015.</li></ul> |

| <b>DISCIPLINA:</b>  |
|---|
| DIREITOS HUMANOS E RELAÇÕES SOCIAIS   |
| <b>RESUMO</b>   |
| Há uma definição clássica, e até pueril, do termo “direito”, que significa exatamente aquilo que é reto, correto ou justo — e, por conseguinte, se opõe ao que é torto. Quando se traz esse debate para a lógica dos direitos humanos, não raro falácias do tipo “só é possível direitos humanos para humanos direitos” podem aparecer no discurso. Dentro dessa perspectiva, a primeira questão a se considerar é que não se trata de um direito só de quem “é correto” ou “merece” Direitos Humanos, pois a concepção dos Direitos Humanos, como a própria declaração de 1948 ilustra, é universal. Direitos não são favores, súplicas ou gentilezas. Não se pede um direito, luta-se por ele. A luta pelos Direitos Humanos é, sob esta perspectiva, uma luta pela própria humanidade. Mas cada direito corresponde a um dever — e, ao afirmar isso, não significa dizer que os Direitos Humanos têm sua eficácia por produzirem deveres, mas sim por seus efeitos na produção cultural. |
| <b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>  |
| <b>AULA 1</b><br>INTRODUÇÃO<br>O QUE SÃO DIREITOS HUMANOS?<br>DE ONDE VÊM OS DIREITOS HUMANOS<br>VERTENTES DOS DIREITOS HUMANOS<br>TENSÕES FUNDAMENTAIS<br>DIREITOS HUMANOS À BRASILEIRA<br>NA PRÁTICA<br>FINALIZANDO   |
| <b>AULA 2</b><br>INTRODUÇÃO<br>A IMPORTÂNCIA DA DIMENSÃO CULTURAL NO ESTUDO DOS DIREITOS HUMANOS<br>DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS SOCIAIS<br>AS CONCEPÇÕES IDEALISTA, POSITIVISTA E CRÍTICO-MATERIALISTA DOS DIREITOS HUMANOS<br>PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS E SUAS IMPLICAÇÕES SOCIOCULTURAIS<br>CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE DIREITOS HUMANOS EM VIENA (1993)<br>NA PRÁTICA<br>FINALIZANDO  |

### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

ANTECEDENTES DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

EIXOS ESTRUTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (PNEDH)

ASPECTOS CONJUNTURAIS DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

COMPREENSÃO DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS A PARTIR DO PNEDH

OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PNEDH

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

O CAMPO DA DIGNIDADE HUMANA COMO PRINCÍPIO ÉTICO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS

O CAMPO DA POLÍTICA E AS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

O RETORNO A PAULO FREIRE E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA

PERSPECTIVA CONCEITUAL DE CULTURA E METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

PROPOSIÇÕES SOBRE METODOLOGIA PARTICIPATIVA PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS POR BITTAR

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO AO DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS E MÍDIAS

MAS DE QUAIS MÍDIAS ESTAMOS FALANDO?

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA “ALDEIA GLOBAL”

O DEBATE SOBRE DIREITOS HUMANOS EM UMA “CULTURA DE MASSAS”

NARRATIVAS DE VIOLÊNCIA A SERVIÇO DE QUÊ?

NA PRÁTICA

FINALIZANDO

### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

COMO AS TELAS SE TRANSFORMAM EM FERRAMENTAS OU ARMAS?

AS TELAS E OUTROS APARATOS MUDIÁTICOS COMO PRODUTOS DA INDÚSTRIA CULTURAL

“SHOWRNALISMO”: QUANDO A NOTÍCIA É DESDOBRAMENTO DO ESPETÁCULO

AS RELAÇÕES MEDIADAS POR REDES SOCIAIS: OUTROS DESDOBRAMENTOS DO ESPETÁCULO?

BREVE ANÁLISE DE UM PRODUTO CULTURAL QUE DIALOGA COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. São Paulo: Leya, 2017.
- GENRO, M; ZITKOSKI, J. Educação e Direitos Humanos numa perspectiva intercultural. Revista da Faeeba – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 23, n. 41, p. 237-245, jan/jun. 2014.
- CASTILHO, R. Direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2012.

**DISCIPLINA:**

ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SERVIÇO SOCIAL

**RESUMO**

Nesta disciplina abordaremos as principais funções que envolvem a assessoria, fazendo uma analogia com as funções que embasam o processo gerencial: planejar, organizar, dirigir e controlar.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
PLANEJAR  
ORGANIZAR  
DIRIGIR  
CONTROLAR

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
ÁREA DE ATUAÇÃO: PÚBLICO E PRIVADO  
ÁREA DE ATUAÇÃO: RAMOS  
CONSULTORIA  
NOVOS NICHOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
GESTÃO DA INFORMAÇÃO  
GESTÃO DO TEMPO  
GESTÃO DE RECURSOS  
GESTÃO DE PESSOAS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
VALORES  
CRENÇAS  
INTELIGÊNCIA EMOCIONAL  
INTELIGÊNCIA ESPIRITUAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

COMUNICAÇÃO VERBAL E NÃO VERBAL  
COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA  
RAPPORT  
EMPATIA

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
O QUE SÃO OS SISTEMAS REPRESENTACIONAIS  
SISTEMA REPRESENTACIONAIS  
LINGUAGENS DO AMOR  
TESTE AS CINCO LINGUAGENS DO AMOR

**BIBLIOGRAFIAS**

- ASSESSORIA. Dicio. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/assessoria/>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- O ASSESSOR Político. Portal Educação. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/marketing/o-assessorpolitico/15613>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SCHULTZ, G. Introdução à gestão de organizações. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2016.

**DISCIPLINA:**

GESTÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E DO TERCEIRO SETOR

**RESUMO**

Ao longo desta disciplina abordaremos aspectos que revelam a importância da gestão por projetos e seus benefícios. É comum na gestão das organizações sociais que se seja motivado ou até mesmo exigido a trabalhar por projetos. São indicações externas que apontam que devem ser adotados os projetos para se obter o reconhecimento das atividades e de sua organização.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
PROJETOS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
PROJETO COMO ROTEIRO DE AÇÃO  
PROJETOS COMO FERRAMENTAS DE GESTÃO  
PROFISSIONALISMO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
OBJETIVO GERAL E OBJETIVOS ESPECÍFICOS  
JUSTIFICATIVA  
OPERACIONALIZAÇÃO E METODOLOGIA  
RECURSOS

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
CONHECIMENTO DO TEMA E DADOS DE CONTEXTO  
PESQUISAS ANTERIORES E PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS  
EQUIPE TÉCNICA  
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE INSTITUCIONAL



**AULA 4**

INTRODUÇÃO

EDITAIS E ADERÊNCIA TEMÁTICA

INTERPRETAÇÃO DE EDITAIS E ESCOLHAS

ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS: ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS

INTERPRETAÇÃO DE EDITAIS E ELABORAÇÃO DOS PROJETOS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

AVALIAÇÕES DE PROCESSO, RESULTADOS E IMPACTO

INDICADORES

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA

**AULA 6**

INTRODUÇÃO

GESTÃO DAS EQUIPES

EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA

GESTÃO DE RECURSOS

PRESTAÇÃO DE CONTAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. CASA CIVIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Marco Legal das Organizações da Sociedade Civil. Diário Oficial da União, 1º ago. 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 26 jul. 2019.
- WIKTIONARY. Disponível em: <https://pt.wiktionary.org/wiki/>. Acesso em: 26 jul. 2019.
- ABRINQ. Cenário da infância e adolescência no Brasil 2018. São Paulo: Abring, 2018.

**DISCIPLINA:**

CIÊNCIAS POLÍTICAS

**RESUMO**

A atualidade de temas tratados nos clássicos das Ciências Políticas é latente, em especial dos escritos de Maquiavel, que por vezes parecem ter sido produzidos sob inspiração e análise fiel do comportamento de muitos governantes que existem em nossos dias, no Brasil e no exterior. Para Maquiavel, a política é dotada de uma ética diferente da ética chamada por ele de “cristã” e, por isso, para esse autor, muitas vezes é necessário que o “príncipe” aja de forma mais rude para atingir um objetivo ou proteger o Estado, entendendo essas ações como eticamente justificáveis.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

SÍNTESE

CONTEXTUALIZANDO

CIÊNCIA POLÍTICA E TEORIA POLÍTICA

CONCEITOS CENTRAIS EM TEORIA POLÍTICA

NICOLAU MAQUIAVEL

IMMANUEL KANT  
GEORGE HEGEL  
RESOLUÇÃO

**AULA 2**

SÍNTESE  
CONTEXTUALIZANDO  
O ESTADO DE NATUREZA  
DO CONTRATO SOCIAL  
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO HOBBS  
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO LOCKE  
CLÁSSICOS DO CONTRATUALISMO ROUSSEAU  
NEOCONTRATUALISMO

**AULA 3**

SÍNTESE  
CONTEXTUALIZANDO  
A FORMAÇÃO DO ESTADO LIBERAL  
LIBERDADE, IGUALDADE E FRATERNIDADE  
WELFARE STATE  
CRISE DO WELFARE STATE  
ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL NO BRASIL  
RESOLUÇÃO

**AULA 4**

CONTEXTUALIZANDO  
O QUE É CIDADANIA?  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INGLESA E DA  
REVOLUÇÃO AMERICANA  
A REVOLUÇÃO FRANCESA E O CONTEXTO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DA  
IDEIA DOS DIREITOS HUMANOS  
PRINCIPAIS TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS  
REFLEXÕES SOBRE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE  
SÍNTESE

**AULA 5**

SÍNTESE  
CONTEXTUALIZANDO  
CAPITANIAS HEREDITÁRIAS E AS SESMARIAS  
FORMAÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA NO BRASIL  
ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA  
FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL  
DEMOCRACIA NO BRASIL  
POLÍTICA SOCIAL

**AULA 6**

SÍNTESE  
CONTEXTUALIZANDO

BRASIL COLONIAL E BRASIL IMPERIAL 1500 A 1888  
PRIMEIRA REPÚBLICA OU REPÚBLICA VELHA 1889 A 1930  
ESTADO NOVO 1930 A 1964  
DITADURA MILITAR 1964 A 1986  
REDEMOCRATIZAÇÃO 1986 A 2002  
ESTADO BRASILEIRO NA ATUALIDADE 2003 – ATUAL

#### BIBLIOGRAFIAS

- LOPES, Reinaldo J. Os Médicos: a grande família. Revista Aventuras na História. 2009. Disponível em <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/medici-grande-familia-485434.shtml>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- GEORGE, Ricardo. Estado e sociedade civil em Hegel. 2016. Disponível em <http://pt.slideshare.net/ricardogeo11/estado-e-sociedade-civil-em-hegel>. Acesso em: 19 abr. 2016.
- RODRIGUES, Lucas O. Ciência Política. Disponível em: <http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sociologia/ciencia-politica.htm>. Acesso em: 19 abr. 2016.

**DISCIPLINA:**  
POLÍTICA DE SAÚDE

#### RESUMO

Nesta disciplina é de suma importância contextualizarmos historicamente a Política Nacional de Saúde. Os antecedentes sociais são fundamentais para designar os caminhos das políticas públicas, não sendo diferente com o sistema de saúde brasileiro. As necessidades de saúde da população, bem como os interesses políticos e econômicos, foram fundamentais para a organização das ações de saúde do país.

#### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

##### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

A SAÚDE NOS PERÍODOS COLONIAL E IMPERIAL

A SAÚDE NO PERÍODO REPUBLICANO E NA NOVA REPÚBLICA

MOVIMENTO DA REFORMA SANITÁRIA BRASILEIRA

SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS)

DESAFIOS ATUAIS

FINALIZANDO

##### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

CONCEITO DE SAÚDE E DE DOENÇA

PROCESSO SAÚDE-DOENÇA: DO MÁGICO-RELIGIOSO À HISTÓRIA NATURAL DA DOENÇA

ENTENDENDO A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE

A SAÚDE E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

SAÚDE EM TODAS AS POLÍTICAS

FINALIZANDO

##### **AULA 3**

**INTRODUÇÃO**

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A POLÍTICA DE SAÚDE  
O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE: LEI ORGÂNICA DA SAÚDE (LEI N. 8.080/1990)  
ENTENDENDO A DETERMINAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE  
PARTICIPAÇÃO POPULAR E CONTROLE SOCIAL NA SAÚDE: LEI FEDERAL N.  
8.142/1990  
DEMAIS LEGISLAÇÕES E NORMAS PERTINENTES AO SUS  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
TERRITÓRIO  
VIGILÂNCIA EM SAÚDE  
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA AMBIENTAL  
VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA DA SAÚDE DO TRABALHADOR  
PLANEJAMENTO DA POLÍTICA DE SAÚDE  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE  
A CONSTRUÇÃO DAS REDES DE ATENÇÃO À SAÚDE  
REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL  
REDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA  
REDE DE ATENÇÃO MATERNO INFANTIL  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
CONCEITOS DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE  
HISTÓRIA DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: CONFERÊNCIAS MUNDIAIS  
PROMOÇÃO DE SAÚDE NO BRASIL  
TEMAS PRIORITÁRIOS DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DA SAÚDE  
ROTEIRO DE PLANEJAMENTO DE ATIVIDADE DE PROMOÇÃO DA SAÚDE  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- AGUIAR, Z. N. (Org.). SUS-Sistema Único de Saúde: antecedentes, percurso, perspectivas e desafios. 2. ed. São Paulo: Martinari, 2015.
- PAULUS JÚNIOR, A.; CORDONI JÚNIOR, L. Políticas públicas de saúde no Brasil (Public health policies in Brazil). Revista Espaço para a Saúde, Londrina, v. 8, n. 1, p. 13-19, dez. 2006.
- ROQUAYROL, M. Z.; SILVA, M. G. C. da. Epidemiologia & Saúde. 7. ed. Rio de Janeiro: MedBook, 2013.

**DISCIPLINA:**

POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

**RESUMO**



Para discutirmos acerca das políticas sociais e o enfrentamento da questão da violência, propomos, em um primeiro momento, o retorno ao conceito de política social. Afinal, do que se trata? Não é nosso objetivo, aqui, aprofundarmos o tema e os fundamentos da política social. Entretanto, é importante que façamos algumas reflexões que irão contribuir para a compreensão da problemática.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

INTRODUÇÃO

O TRATAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL ANTES DA DÉCADA DE 1930

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL

POLÍTICA SOCIAL E NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A POLÍTICA SOCIAL E DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

#### **AULA 2**

INTRODUÇÃO

A VIOLÊNCIA FÍSICA

VIOLÊNCIA MORAL E PSICOLÓGICA

VIOLÊNCIA PATRIMONIAL

VIOLÊNCIA SEXUAL

#### **AULA 3**

INTRODUÇÃO

CICLOS DE VIDA E VIOLÊNCIA

VIOLÊNCIA URBANA

VIOLÊNCIA NO CAMPO

VIOLÊNCIA AUTOPROVOCADA

#### **AULA 4**

INTRODUÇÃO

O ATENDIMENTO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

A POLÍTICA DE SAÚDE

POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OUTRAS POLÍTICAS SOCIAIS E A QUESTÃO DA VIOLÊNCIA

#### **AULA 5**

INTRODUÇÃO

PARTICIPAÇÃO SOCIAL

CONTROLE SOCIAL

MOVIMENTOS SOCIAIS E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

O TRABALHADOR DAS POLÍTICAS SOCIAIS NAS INSTÂNCIAS DE CONTROLE

SOCIAL

#### **AULA 6**

INTRODUÇÃO

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E O ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA

NOTIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA

COTIDIANO E TRABALHO PROFISSIONAL  
CONDUTA ÉTICA E O COMPROMISSO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA

**BIBLIOGRAFIAS**

- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2007.
- CARLOTO, C. M. Condicionalidades nos Programas de Transferência de Renda e autonomia das mulheres. Revista Sociedade em Debate, v. 18, n. 2, Universidade Católica de Pelotas, 2012.
- IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2015.

**DISCIPLINA:**

ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**RESUMO**

A elaboração, a gestão e a avaliação das políticas públicas são efetuadas por servidores, os quais trataremos como gestores públicos. O objetivo principal do processo de elaboração das políticas públicas é o de atender às demandas de serviços públicos necessários ao bem-estar social de cidadãos que vivem nas cidades. A sociedade brasileira passou e está passando por uma série de transformações na estrutura administrativa das cidades, dos estados e da União. Também podemos citar aqui o processo de democratização política, o avanço das tecnologias da informação, o aumento da capacidade de escolha e da qualidade no consumo, a liberação dos mercados e as privatizações. Com isso, podemos destacar a gestão pública como sendo o agente de elaboração, formação, planejamento e avaliação das políticas públicas, com implicações diretas à sociedade, com o intuito de discutir as alternativas de políticas públicas para o bem comum da sociedade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

O QUE É POLÍTICA PÚBLICA?

TIPOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

REDEFINIÇÃO DO PAPEL DO ESTADO

GLOBALIZAÇÃO E ESTADO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

OS BUROCRATAS

GRUPOS DE INTERESSE

ORGANIZAÇÕES DO TERCEIRO SETOR

OS INFLUENCIADORES DA SOCIEDADE

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

AGENDA E ALTERNATIVAS

PROCESSO DECISÓRIO

IMPLEMENTAÇÃO

ACOMPANHAMENTO E EXTINÇÃO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
BOA GOVERNANÇA  
REDE DE GOVERNANÇA  
ESTILOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PLANO PLURIANUAL  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL  
FORMAÇÃO DOS PLANOS  
PRÁTICAS E CAPTAÇÃO DE RECURSOS

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
MODELO PRÁTICO PARA CRIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS  
CUIDADOS FUNDAMENTAIS  
POLÍTICAS PÚBLICAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL  
TEMAS DE ATENÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição n. 173, de 18 de agosto de 1995. Diário do Congresso Nacional, Brasília, DF, 18 ago. 1995a. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD18AGO1995.pdf#page=25>. Acesso em: 12 jan. 2017.
- LOURENÇO, N. V. Administração Pública: modelos, conceitos, reformas e CRUZ, W. A. J.; BERNARDONI, D. L.; CATAPAN A. Planejamento e orçamento na Administração Pública. 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2013.

**DISCIPLINA:**

GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE

**RESUMO**

A governança corporativa, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas. Ao longo dos anos, a evolução dos modelos de gestão das empresas passou a sugerir melhorias na combinação dos recursos e retornos aos investidores. Em determinados momentos, essas situações foram amplamente questionáveis, e o que se evidenciou é que nem sempre os comportamentos das pessoas, e por consequência das organizações, foram ao encontro do atendimento de interesses amplos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
FORMAÇÃO DAS EMPRESAS E A TEORIA DA AGÊNCIA  
CONCEITOS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA  
8 PS DA GOVERNANÇA CORPORATIVA  
ABORDAGEM DE STAKEHOLDERS  
GESTÃO DAS ORGANIZAÇÕES MODERNAS  
FINALIZANDO

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
GOVERNANÇA E OS MARCOS HISTÓRICOS  
GOVERNANÇA NO MUNDO  
GOVERNANÇA CORPORATIVA NO BRASIL  
AS CONDIÇÕES DAS EMPRESAS PARA A GOVERNANÇA NO BRASIL  
A GOVERNANÇA E AS EMPRESAS FAMILIARES  
FINALIZANDO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
A ESTRUTURA DE GOVERNANÇA  
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
O COMITÊ DE AUDITORIA  
CONDUTA E ÉTICA NOS NEGÓCIOS  
IMPLEMENTANDO E APLICANDO PROCESSOS EFICAZES DE GOVERNANÇA  
FINALIZANDO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
GOVERNANÇA E MERCADO FINANCEIRO  
GOVERNANÇA E INOVAÇÃO  
GOVERNANÇA E OS RISCOS CIBERNÉTICOS  
GOVERNANÇA E AS EMPRESAS ESTATAIS  
TENDÊNCIAS PARA A GOVERNANÇA CORPORATIVA  
FINALIZANDO

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
PRINCÍPIOS DE COMPLIANCE  
FERRAMENTAS DE COMPLIANCE  
PROCEDIMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO  
PROGRAMAS DE COMPLIANCE  
GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE  
FINALIZANDO

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
COMPLIANCE FISCAL E TRIBUTÁRIO  
COMPLIANCE CONCORRENCIAL  
COMPLIANCE EMPRESARIAL E BANCÁRIO  
COMPLIANCE DIGITAL  
COMPLIANCE TRABALHISTA  
FINALIZANDO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ALENCASTRO, M. S. C.; ALVES, O. F. Governança, Gestão Responsável e Ética nos negócios. Curitiba: InterSaberes, 2017.



- BLOK, M. Compliance e Governança Corporativa. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2017.
- IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. Código das melhores práticas de governança corporativa. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015.

**DISCIPLINA:**  
CLASSES E MOVIMENTOS SOCIAIS

**RESUMO**

Nesta disciplina de Participação Social e Movimentos Sociais trataremos de diversos temas de nosso interesse, desde o conceito de Participação Social, Democracia Participativa, Movimentos Sociais, Intervenção do Estado, Interesse político e social nas ações coletivas e as liberdades individuais e coletivas, ou seja, serão aulas riquíssimas de informações! Fique atento e anote tudo que considerar importante! Diariamente, ouvimos falar sobre a importância da Participação Social, ou seja, a importância do protagonismo da sociedade civil brasileira na participação efetiva do cidadão e na consolidação da Democracia no Brasil. Primeiramente, fazemos algumas perguntas: afinal de contas, o que é Participação Social? Como foi a participação dos cidadãos na história político-social do Brasil? E o que a participação social tem a ver com a promoção da Democracia Participativa no Brasil?

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO

CONCEPÇÃO HISTÓRICA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

MOVIMENTO PELAS DIRETAS JÁ

A PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PROCESSO DA ASSEMBLEIA CONSTITUINTE DE 1987

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

**AULA 2**

INTRODUÇÃO

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

OS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

AS CONFERÊNCIAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

**AULA 3**

INTRODUÇÃO

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

TIPOLOGIAS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

ESTRATÉGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

EXEMPLOS DE MOVIMENTOS SOCIAIS

**AULA 4**

INTRODUÇÃO

O PARADIGMA NORTE-AMERICANO

O PARADIGMA EUROPEU

MOVIMENTOS SOCIAIS ANTIGLOBALIZAÇÃO

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO

HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA PARTICIPAÇÃO (1979-1989)  
MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO (1990-2000)  
OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONJUNTURA SOCIAL E POLÍTICA NO SÉCULO XXI

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS  
MOVIMENTO SINDICAL  
MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMANDAS POR EDUCAÇÃO  
MOVIMENTO SOCIAL AMBIENTALISTA

**BIBLIOGRAFIAS**

- NOGUEIRA, M. A. Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2011.
- GOHN, M. da G. Movimentos Sociais no início do século XXI: Antigos e novos atores sociais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- MACHADO, J. A. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. Sociologias, Porto Alegre, v. 9, n. 18, p. 248-285, jul./dez. 2007.

**DISCIPLINA:**

GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

**RESUMO**

O processo de captação de recursos para projetos tanto na esfera pública quanto na privada é dependente da efetiva capacidade dos seus gestores de elaborar, gerir e avaliar os resultados obtidos. Em ambos os setores é enfatizada a necessidade da preparação de projetos que contemplem elementos essenciais à apreciação por parte da entidade/órgão conveniente dos recursos solicitados. Nesta disciplina serão esclarecidos como os recursos serão captados e empregados, além de outros assuntos que envolvem todos os processos.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
TERMOS BÁSICOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO BRASIL  
PRINCÍPIOS BÁSICOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
NORMAS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE PRINCÍPIOS ÉTICOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
SISTEMA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA PROJETOS SOCIAIS – TERCEIRO SETOR  
OUTRAS MODALIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
FONTES INTERNACIONAIS PARA A CAPTAÇÃO DE RECURSOS  
IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

**AULA 3**

**INTRODUÇÃO**

ESTRUTURA DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL  
FONTES ALTERNATIVAS DE FOMENTO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FONTES DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DE PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
FONTES INTERNACIONAIS DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
PLANO DE GOVERNO – CONCEITOS  
IMPORTÂNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL  
FINANCIAMENTO DE PROJETOS PARA O DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL  
DESAFIOS DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS PARA A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL – SOCIAL

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
GENERALIDADES SOBRE AS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS  
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS  
DESAFIOS DO ACESSO ÀS FONTES DE RECURSOS PARA PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
INSTRUMENTOS UTILIZADOS NAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FEDERAIS – PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
FUNÇÃO SOCIAL DO ESTADO  
INVESTIMENTO EM OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO  
INVESTIMENTO EM MORADIAS POPULARES  
EXEMPLOS DE INVESTIMENTOS EM OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E CONSTRUÇÃO DE MORADIAS POPULARES

**BIBLIOGRAFIAS**

- FARIAS, C. E. G. Mineração e meio ambiente no Brasil: relatório preparado para o CGEE, PNUD – Contrato 2002/001604. Disponível em: [http://www.cgEE.org.br/arquivos/estudo011\\_02.pdf](http://www.cgEE.org.br/arquivos/estudo011_02.pdf). Acesso em: 14 nov. 2018.
- HARDIN, G. The Tragedy of the Commons. Science, v. 162, n. 3859, p. 1243-1248, 1968. Disponível em: [http://pages.mtu.edu/~asmayer/rural\\_sustain/governance/Hardin%201968.pdf](http://pages.mtu.edu/~asmayer/rural_sustain/governance/Hardin%201968.pdf). Acesso em: 14 nov. 2018.
- BUSINESS DICTIONARY. Fundraising. Disponível em <http://www.businessdictionary.com/definition/fundraising.html>. Acesso em: 14 nov. 2018.